

ÍNDICE

ABREVIATURAS	5
INTRODUÇÃO	21
I.ª PARTE	
UMA BREVE PERSPETIVA CRIMINOLÓGICA	25
1. A REALIDADE CRIMINOLÓGICA NO DOMÍNIO DOS CRIMES SEXUAIS	27
1.1. Razão de ser	27
1.2. Uma realidade intimista	32
1.3. A dimensão dualista	33
1.4. Relação de poder agressor/vítima	34
1.5. Ausência de evidências físicas	35
1.6. Trauma	36
2. ANTINOMIAS	39
2.1. Papel vítima/testemunha	39
2.2. Negação pela vítima	40
2.3. Negação do agressor	41
2.4. Descrédito da testemunha	41
2.5. Exame médico (imediação com os factos)	42
2.6. Interrogatório <i>versus</i> contra interrogatório	42

II.^a PARTE	
OS CRIMES	45
1. CRIMES CONTRA A LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL	47
SECÇÃO I – CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	47
ARTIGO 163. ^o Coação sexual	47
I – ANOTAÇÕES	48
1. Evolução histórica do artigo	48
2. Razão de ser	54
3. Ato Sexual de Relevô	56
4. Assédio sexual	62
5. Abuso sexual	65
6. Constrangimento: ato sexual de relevô contra a vontade cognoscível da vítima	66
7. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	74
8. Aplicação territorial da lei penal	74
9. Violência e ameaça grave. Colocação da vítima em estado de inconsciência ou na impossibilidade de resistir.	75
10. Concurso de crimes e crime continuado	76
11. Agravação da pena	76
12. Penas acessórias	76
13. Natureza do crime	76
14. Registo criminal	77
15. Regime de prova	77
II – JURISPRUDÊNCIA	78
ARTIGO 164. ^o Violação	81
I – ANOTAÇÕES	81
1. Evolução histórica do artigo	81
2. Violação: penetração contra a vontade da vítima	84
3. Cópula	87
4. Penetração de objetos e partes do corpo	87
4.1. Penetração de objetos	88
4.2. Penetração de partes do corpo	89

5. A violência, ameaça grave, colocação em estado de inconsciência ou impossibilidade de resistir	90
6. Crime de execução vinculada	93
7. Concurso de crimes e crime continuado	94
8. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	97
9. Aplicação territorial da lei penal	97
10. Agravação	97
11. Penas acessórias	97
12. Da natureza do crime	98
13. Registo criminal	98
14. Regime de prova	99
II – JURISPRUDÊNCIA	99
ARTIGO 165.º Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	106
I – ANOTAÇÕES	106
1. Evolução histórica do artigo	106
2. Razão de ser	108
3. Anomalia psíquica	108
4. Inconsciência e incapacidade	109
5. Ato sexual de relevo	110
6. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	110
7. Agravação	110
8. Penas acessórias	110
9. Natureza do crime	111
10. Registo criminal	111
11. Regime de prova	111
II – JURISPRUDÊNCIA	112
ARTIGO 166.º Abuso sexual de pessoa internada	114
I – ANOTAÇÕES	114
1. Evolução histórica do artigo	114
2. Razão de ser	115
3. Relação de dependência	116
4. Relações de amor e outros atos livremente consentidos	117
5. Ato sexual de relevo	117
6. Elementos típicos	117
7. Concurso	119

8. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	119
9. Agravção	119
10. Natureza do crime	119
11. Registo criminal	119
12. Regime de prova	119
13. Penas acessórias	120
II – JURISPRUDÊNCIA	120
ARTIGO 167.º Fraude sexual	120
I – ANOTAÇÕES	120
1. Evolução histórica	120
2. Razão de ser	121
3. Aproveitamento do erro	122
4. Ato sexual de relevo	123
5. Agravção	123
6. Penas acessórias	123
7. Natureza do crime	123
8. Registo criminal	123
9. Regime de prova	124
ARTIGO 168.º Procriação artificial não consentida	124
I – ANOTAÇÕES	124
1. Evolução histórica	124
2. Razão de ser	125
3. Sexualidade e procriação	125
4. Fecundação artificial/Procriação medicamente assistida	126
5. Elementos típicos	129
6. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	130
7. Agravção da pena	130
8. Natureza do crime	131
9. Registo criminal	131
10. Regime de prova	131
ARTIGO 169.º Lenocínio	131
I – ANOTAÇÕES	132
1. Evolução histórica do artigo	132
2. Razão de ser	132

3. Prostituição	137
4. Atividade profissional e lucro	141
5. O tipo agravado no n.º 2	142
6. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	143
7. Concurso	143
8. Tentativa	144
9. Agravação	144
10. Natureza do crime	145
11. Penas acessórias	145
12. Registo criminal	145
II – JURISPRUDÊNCIA	145
ARTIGO 170.º Importunação sexual	149
I – ANOTAÇÕES	149
1. Evolução histórica do artigo	149
2. Razão de ser	149
3. A importunação	152
4. Atos exibicionistas	154
5. Direito comparado	155
6. Exibicionismo	155
7. Contato de natureza sexual e constrangimento	156
8. Formulação de propostas de teor sexual	158
9. Naturismo	159
10. Tratamento clínico	160
11. Das penas acessórias	161
12. Tentativa	161
13. Agravação	161
14. Natureza do crime	161
15. Registo criminal	161
16. Regime de prova	162
II – JURISPRUDÊNCIA	162
SECÇÃO II – CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL	164
ARTIGO 171.º Abuso sexual de crianças	164
I – ANOTAÇÕES	165
1. Evolução histórica do artigo	165

2. O que se protege	166
3. Ato sexual de relevo	168
4. Importunação sexual	169
5. Agravação de penas	169
6. Conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográfico	169
7. Pornografia	171
8. Aliciamento	172
9. Elementos típicos	173
10. Intenção lucrativa	173
11. Tentativa	173
12. Concurso	173
13. Natureza pública do crime	175
14. Princípio da territorialidade	176
15. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	176
16. Agravação	176
17. Penas acessórias	176
18. Prescrição	177
19. Registo criminal	177
20. Regime de prova	177
II – JURISPRUDÊNCIA	177
ARTIGO 172.º Abuso sexual de menores dependentes	190
I – ANOTAÇÕES	191
1. Evolução histórica do artigo	191
2. Razão de ser	192
3. Adolescência	192
4. Relação de confiança	193
5. Elementos típicos	193
6. Tentativa	194
7. Concurso	194
8. Natureza pública	194
9. Aplicação territorial da lei penal	195
10. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	195
11. Agravação	195
12. Penas acessórias	195
13. Prescrição	196
14. Registo criminal	196

15. Regime de prova	196
II – JURISPRUDÊNCIA	196
ARTIGO 173.º Actos sexuais com adolescentes	199
I – ANOTAÇÕES	199
1. Evolução histórica do artigo	199
2. Razão de ser	200
3. Abuso da inexperiência	201
4. Formas do crime	202
5. Natureza semi-pública	202
6. Elementos típicos	203
7. Tentativa	203
8. Concurso	203
9. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	203
10. Agravação	204
11. Penas acessórias	204
12. Prescrição	204
13. Registo criminal	204
14. Regime de prova	204
II – JURISPRUDÊNCIA	205
ARTIGO 174.º Recurso à prostituição de menores	207
I – ANOTAÇÕES	207
1. Evolução histórica do artigo	207
2. Razão de ser	208
3. Recurso à prostituição	208
4. Ato sexual de relevo	209
5. Tentativa	209
6. Elementos típicos	209
7. Natureza do crime	209
8. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	209
9. Agravação	210
10. Prescrição	210
11. Registo criminal	210
12. Regime de prova	210
II – JURISPRUDÊNCIA	210

ARTIGO 175.º Lenocínio de menores	211
I – ANOTAÇÕES	212
1. Evolução histórica do artigo	212
2. Razão de ser	213
3. Facilitação da prostituição	213
4. Ato sexual de relevo e prostituição	213
5. Elementos típicos	214
6. Aplicação territorial da lei penal	214
7. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	214
8. Tentativa	215
9. Agravação	215
10. Prescrição	215
11. Natureza do crime	215
12. Penas acessórias	215
13. Registo criminal	215
14. Regime de prova	216
II – JURISPRUDÊNCIA	216
ARTIGO 176.º Pornografia de menores	216
I – ANOTAÇÕES	217
1. Evolução histórica do artigo	217
2. Razão de ser	219
3. Utilização direta de menores	219
4. Utilização indireta de menores	220
5. Modus operandi	221
6. Aquisição ou detenção intencional	222
7. Intenção lucrativa ou atuação profissional	223
8. Violência ou ameaça grave	223
9. Representação realista de menor	223
10. Aquisição, detenção, acesso, obtenção e facilitação do acesso	226
11. Assistir ou facilitar acesso a espetáculo pornográfico	228
12. Tentativa	229
13. Elementos típicos e a relevância do consentimento	229
14. Responsabilidade criminal das pessoas coletivas	230
15. Aplicação territorial da lei penal	230
16. Natureza pública	231
17. Concurso de crimes	231

18. Agravação	231
19. Penas acessórias	231
20. Prescrição	232
21. Registo Criminal	232
22. Regime de prova	232
II – JURISPRUDÊNCIA	232
ARTIGO 176.º-A Aliciamento de menores para fins sexuais	237
I – ANOTAÇÕES	237
1. Evolução histórica do artigo	237
2. Razão de ser	238
3. Aliciamento	238
4. Natureza pública	240
5. Concurso de crimes	240
6. Agravação	240
7. Penas acessórias	240
8. Prescrição	241
9. Registo criminal	241
10. Regime de prova	241
II – JURISPRUDÊNCIA	241
SECÇÃO III – DISPOSIÇÕES COMUNS	242
ARTIGO 177.º Agravação	242
I – ANOTAÇÕES	243
1. Evolução histórica do artigo	243
2. Parentesco	244
3. Relações de dependência, poder, confiança, vulnerabilidade e solidariedade	245
4. Doença sexualmente transmissível	246
5. Participação	247
6. Transmissão de agente patogénico que crie perigo para a vida	247
7. Gravidez, ofensa à integridade física grave, suicídio ou morte	248
8. Menor com 14 anos ou mais e menos de 16 anos	249
9. Menor de 14 anos	249
10. Concurso de agravantes	250
II – JURISPRUDÊNCIA	250

ARTIGO 178.º Queixa	253
I – ANOTAÇÕES	253
1. Evolução histórica do artigo	253
2. Titularidade do direito de queixa	256
3. Exercício do direito de queixa	256
4. Suspensão provisória do processo	257
II – JURISPRUDÊNCIA	258
PENAS ACESSÓRIAS E EFEITOS DAS PENAS	259
ARTIGO 69.º-B Proibição do exercício de funções por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual	259
ARTIGO 69.º-C Proibição de confiança de menores e inibição de responsabilidades parentais	260
I – ANOTAÇÕES	260
1. Evolução histórica	260
2. Razão de ser	261
3. Proibição de exercício de funções	262
4. Proibição de confiança de menores e de inibição de responsabilidades parentais	264
5. Caráter obrigatório e facultativo	264
6. Da medida da pena acessória	265
7. Responsabilidades parentais	266
8. Acompanhamento e curatela	267
9. Tutela	267
10. Adoção, acolhimento familiar, apadrinhamento civil e confiança de menores	268
II – JURISPRUDÊNCIA	268
2. CRIMES CONEXOS	271
CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS	271
ARTIGO 160.º Tráfico de pessoas	271
I – ANOTAÇÕES	272
1. Tráfico de pessoas e liberdade sexual	272

2. Evolução histórica	273
3. Razão de ser	274
4. Elementos do crime	276
5. Venda de crianças e consentimento para adoção	279
6. Punição do “utilizador”	279
7. Documentos de identificação ou de viagem da vítima	280
8. Local da prática dos factos	280
9. Tráfico de pessoas e lenocínio	280
10. Responsabilidade penal das pessoas coletivas	282
11. Concurso	282
12. Natureza do crime	282
II – JURISPRUDÊNCIA	283
AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL (LEI N.º 23/2007, DE 4 DE JULHO)	285
ARTIGO 183.º Auxílio à imigração ilegal	285
I – ANOTAÇÕES	285
1. Auxílio à imigração ilegal e liberdade sexual	285
2. Bem jurídico	285
3. Elementos típicos	286
4. Agravação	288
5. Concurso de crimes	288
6. Responsabilidade penal de pessoas coletivas	290
7. Associação de auxílio à imigração ilegal	290
II – JURISPRUDÊNCIA	291
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA	295
ARTIGO 144.º-A Mutilação genital feminina	295
I – ANOTAÇÕES	295
1. Mutilação genital e liberdade sexual	295
2. Razão de ser	295
3. Bem jurídico	296
4. Necessidade de autonomização do crime de mutilação genital feminina	297
5. Localização sistemática	297
6. Agente do crime e participação	298
7. Mutilação genital	299

8. Consentimento e mutilação genital a pedido	302
9. Tentativa e atos preparatórios	303
10. Concurso de crimes	304
11. Agravação e mutilação genital privilegiada	304
12. Natureza pública	305
13. Aplicação territorial da lei penal	305
14. Prescrição	305
15. Proteção da criança	305
CASAMENTO FORÇADO	306
ARTIGO 154. ^o -B Casamento forçado	306
I – ANOTAÇÕES	306
1. Casamento forçado e liberdade sexual	306
2. Razão de ser	306
3. Bem jurídico	307
4. Necessidade de autonomização do crime de casamento forçado	307
5. Agente do crime e participação	308
6. Constranger a casar ou viver uma união equiparável ao casamento	309
7. Dolo	310
8. Tentativa e atos preparatórios	310
9. Concurso de crimes	311
10. Agravação	311
11. Natureza pública	311
12. Aplicação territorial da lei penal	311
13. Proteção da criança	312
III.ª PARTE	
O PROCESSO PENAL E A CRIMINALIDADE SEXUAL	313
1. A RAZÃO DE UMA ESPECIFICIDADE	315
2. A TUTELA DA VÍTIMA	319
2.1. Generalidades	319
2.2. A proteção da vítima no atual processo penal e o seu estatuto	321
2.3. Lei de proteção de testemunhas	333

2.4. A proteção dos menores na criminalidade sexual, a Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças e a Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro	341
2.5. Outros instrumentos normativos de tutela das vítimas	345
3. LEGALIDADE, OPORTUNIDADE E CONSENSO NA CRIMINALIDADE SEXUAL	349
3.1. Princípio da legalidade versus princípio da oportunidade	349
3.2. Soluções de consenso na criminalidade sexual	351
3.3. Justiça negociada em fase de julgamento. O estado da «arte»	358
4. A LEI N.º 5/2002, DE 11 DE JANEIRO, E A CRIMINALIDADE SEXUAL	363
5. A DETENÇÃO, MEDIDAS DE COAÇÃO E CRIMINALIDADE SEXUAL	365
5.1. Detenção e medidas de coação	365
5.2. O Termo de Identidade e Residência (TIR) e os seus reflexos na tutela da vítima	370
5.3. A execução e fiscalização de medidas de coação nos países da UE	373
6. QUESTÕES DE PROVA	375
6.1. Da razão para uma abordagem específica	375
6.2. Direito da vítima a não prestar declarações	375
6.3. Valoração do depoimento da vítima	381
6.4. Declarações para memória futura	386
6.5. O reconhecimento do agressor e a sua identificação em audiência	393
6.6. Reconstituindo o crime sexual	404
6.6.1. Da reconstituição	404
6.6.2. Reconstituindo o percurso do agressor sexual. A valoração de documentos de «via verde» e a localização por «GPS»	409
6.7. Da prova datiloscópica. As impressões digitais no âmbito dos crimes sexuais	409
6.8. Declarações de arguido e coarguidos	414
6.8.1. As declarações do arguido nas fases anteriores ao julgamento	414
6.8.2. A ampliação da transmissibilidade da prova pela Lei n.º 20/2013	422

6.8.3. As declarações de co-arguido	424
6.9. O que se ouviu dizer: da noção de depoimento indireto e sua valoração. A questão das conversas ouvidas em sistema de alta voz	428
6.9.1. Generalidades	428
6.9.2. Conversas entre suspeitos e ou arguidos e órgãos de polícia criminal	429
6.9.3. Do que se ouviu dizer ao arguido	435
6.9.4. Do que se ouviu outra pessoa declarar que ouviu dizer de terceiro	437
6.9.5. Da conversa ouvida em alta voz ou gravada	439
6.10. Perícias à vítima dos crimes sexuais	440
6.10.1. Generalidades	440
6.10.2. As perícias às vítimas de crimes sexuais	443
6.11. Perfis de ADN	447
6.11.1. Comparação direta	447
6.11.1. Base de dados de perfis de ADN. Breves considerandos	450
 7. DO REGISTO DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL DE CONDENADOS POR CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL E A LIBERDADE SEXUAL DE MENOR. ALGUMAS PERPLEXIDADES	 455
 BIBLIOGRAFIA	 461